

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

- Resposta à Consulta Pública -

Nota Introdutória

“Esta crise económica trouxe-nos uma questão essencial: ‘reconstruimos o que tínhamos antes? Ou agarramos esta oportunidade para reestruturar e criar e diferentes empregos para as próximas décadas?’ Reconstruimos. Numa direção diferente.”

Frans Timmermans, Vice-Presidente da Comissão Europeia
Bruxelas, 20 de maio de 2020

A frase de Frans Timmermans sobre a recuperação da economia, deve servir de base para a análise, mas também para a avaliação construtiva do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apresentado pelo governo Português.

Nesse sentido há três perguntas fundamentais que todos devemos colocar sobre o documento:

1. O PRR responde às necessidades de emprego e da economia?
2. O PRR permite a criação de bases da nova economia projetada para as próximas décadas?
3. O PRR garante que Portugal consiga sair da cauda da Europa?

Em face das circunstâncias que vivemos e da preocupação que sentimos, também enquanto portugueses, empenhámo-nos na análise do documento procurando responder a estas perguntas. Esta resposta à consulta pública é o reflexo desse trabalho e da nossa crescente apreensão. Por este motivo queremos contribuir de forma construtiva para um programa que é crucial para o futuro do país.

Quando todos os sinais de alerta indicavam uma forte aposta na economia real e nos setores geradores de postos de trabalho, o PRR prevê que em cada dez euros, apenas dois se destinem diretamente aos setores produtivos e à subsequente criação de emprego. O setor público, retém os outros oito euros.

Quando devíamos projetar a economia para os desafios da próxima década, 5G, indústria 4.0, descarbonização, literacia digital ou requalificação de recursos humanos, o PRR prevê um investimento de 80 cêntimos, por cada dez euros, em estímulo à inovação e à investigação e desenvolvimento. E prevê um investimento de 0,25 cêntimos, por cada dez euros, em formação.

Quando devíamos procurar motores de investimento e grandes geradores de emprego, o PRR minoriza a importância dos estímulos às empresas com mais de 250 trabalhadores. Empresas que representam 1% do tecido empresarial, mas que contribuem com 40% do VAB do país.

Na nossa perspetiva, o crescimento é a única saída para a melhoria do nível de vida de todos os portugueses e para a resolução dos problemas estruturais do país.

Acreditamos que o PRR pode ainda, ser redirecionado refletindo estas preocupações. Acreditamos que depois de quatro décadas de aplicação de fundos externos esta é a derradeira oportunidade de participar na liderança da construção de uma nova economia para a Europa. Uma oportunidade que o país não pode perder.

Principais pontos de intervenção no PRR

- As opções tomadas têm de corresponder a um modelo económico de longo prazo;
- O PRR tem de responder às necessidades da nova economia de futuro tal como projetada pela Comissão Europeia;
- O PRR repete os modelos e as soluções de aplicação de fundos externos das últimas quatro décadas e que não foram capazes de inverter a trajetória do país;
- A aplicação de um plano de recuperação exige um tecido empresarial forte, competitivo e com escala internacional. Deve englobar todas as empresas. Não pode excluir ou minorizar o papel das empresas com mais de 250 trabalhadores – responsáveis por 40% do VAB;
- A nova economia exige o reforço significativo do esforço de requalificação e adaptação dos programas de qualificação às necessidades do mercado e das empresas;
- A recuperação só é possível com a redução dos elevados custos de contexto da economia portuguesa, em grande parte oriundos da máquina estatal, mas cuja resolução não passa **apenas** pela digitalização de alguns serviços;
- O investimento deverá ter um “business case” associado a objetivos claros que permitam aferir do seu retorno para o país, antes e depois da sua execução;
- O modelo de governação do PRR deverá proporcionar este controlo, sem deixar de ser simples, ágil, desburocratizado e próximo da economia real;
- O processo de adjudicação dos fundos disponíveis deverá ser competitivo e transparente.

A nossa análise desconstruiu os três eixos do PRR; Resiliência, Transição Climática e Transição Digital, agregando-os nas seguintes áreas de intervenção¹

- Respostas Sociais (4.998M€ ou 30% do PRR)
- Qualificações e Emprego (1.918M€, ou 11,5% do PRR)
- Serviços Centrais do Estado (1.654M€, ou 9,9% do PRR)
- Infraestruturas e Mobilidade (2.165M€, ou 13% do PRR)
- Investimentos no Espaço Rural (1.106M€, ou 6,6% do PRR)
- Descarbonização Privada (1.456M€, ou 8,7% do PRR)
- Empresas (3.346M€, ou 20,1% do PRR)

¹ Anexo – matriz de alocação de fundos por área de intervenção

Áreas de Intervenção

Respostas sociais (4.998M€ ou 30% do PRR)

A crise provocada pela COVID-19 tornou evidente a importância de investir para aumentar a resiliência do país. É inegável a urgência de dotar Portugal de uma maior capacidade de resposta e antecipação de futuras crises, seja ao nível da saúde, da habitação, ou das preocupantes alterações demográficas, e observamos que esta é também a grande preocupação do PRR.

Devemos aproveitar esta oportunidade para apostar em soluções nacionais e que reforcem o tecido industrial português. Devemos tirar partido **de fornecedores e empresas nacionais para o investimento na saúde e habitação**, deste modo estimulando a procura interna e reforçando a capacidade industrial e empresarial, procurando também com isso reforçar a capacidade empresarial para as exportações destes setores.

Qualificações e Emprego (1.918M€, ou 11,5% do PRR)

O repto da Transição Climática e Digital implica que **há potencialmente c. 1,1 milhões de empregos que serão descontinuados** e outros que serão criados². É por isso imperativo um forte investimento nas qualificações e competências. O capital humano é um dos maiores recursos de um país e é de vital importância privilegiar as suas competências e qualificações.

Os dados do estudo *“Future of Work in Europe Report”*³ e do *“O Futuro do Trabalho em Portugal: o imperativo da requalificação”*, indicam que **Portugal precisa de requalificar aproximadamente 700 mil pessoas até 2030**, entre desempregados de longa duração, desempregados resultantes do encerramento da economia, jovens abaixo dos 25 anos e de pessoas cujos empregos deixarão de existir nos próximos anos, fruto do avanço tecnológico e da automação.

O enorme desafio de requalificação passa, sobretudo, por **aumentar a taxa de sucesso através da redefinição⁴ dos programas existentes. Os programas de qualificação e requalificação vigentes estão desajustados da atual dinâmica de evolução tecnológica e das mudanças rápidas no mercado laboral.** A pandemia COVID-19 veio acelerar ainda mais esta transformação que estava já em curso. Adequar os programas às realidades laborais significa **uma maior articulação com as empresas e um acompanhamento mais aprofundado dos formandos.** A avaliação da eficácia da formação deve ter em conta o número de participantes, mas também um acompanhamento completo desde o início do programa até à colocação do formando no mercado de trabalho. Isto permite avaliar com precisão, através de KPIs e métricas, a taxa de sucesso e empregabilidade dos programas. Além disso, esta tipologia de programas junta os **setores público e privado, e cumpre o objetivo de criar programas ajustados às necessidades reais das empresas e aumentar a integração dos formandos no mercado laboral.**

O PRR destina cerca de 2/3 dos fundos de qualificações e competências para a aquisição de material IT, conectividade digital e requalificação dos espaços escolares e de formação profissional. Isto suscita dúvidas quanto ao nível da eficácia deste investimento, visto que existe um risco considerável de que estes equipamentos sejam subaproveitados ou que se tornem

² Estudo CIP [“O futuro do trabalho em Portugal: o imperativo da requalificação”](#)

³ Estudo McKinsey [“Future of Work in Europe Report”](#)

⁴ Estudo ERT [“Reskilling-in-European-Industry-Paper”](#)

obsoletos com o tempo. Os constrangimentos do país na área digital não se limitam à insuficiência de infraestruturas tecnológicas, mas, acima de tudo, **à falta de literacia digital, de programas de formação adequados e de profissionais de tecnologias de informação e comunicação qualificados**. A esse propósito, parece importante aliar a Transição Digital à qualificação e formação das novas gerações através da introdução do ensino das ciências da computação nos currículos do ensino obrigatório, do reforço de competências digitais dos professores, com formação online massiva, acrescentando conhecimento digital aos jovens, através de conteúdos para aulas de computação no âmbito da escolaridade obrigatória.

Em suma, os **fundos para a requalificação previstos no PRR, são manifestamente insuficientes para o enorme desafio que o país tem pela frente**, especialmente dado o impacto que a qualificação e competências têm na produtividade económica e na convergência com a Europa, ambos fatores onde ainda nos encontramos abaixo da média europeia.

Serviços centrais do Estado (1.654M€, ou 9,9% do PRR)

A maioria do investimento neste âmbito está consagrado a investimentos na esfera digital, nomeadamente na modernização informática e digitalização de processos. Ressalvamos que é vital garantir que este enorme investimento se traduza numa **efetiva redução dos custos de contexto**, que são ainda muito elevados em Portugal e constituem um entrave ao investimento e competitividade do tecido empresarial.

Ainda no âmbito dos investimentos no erário público, não podemos deixar de constatar que o montante previsto para a “descarbonização de edifícios do Estado” (250M€, ou 1,5% do PRR) é **mais de um terço do que está previsto para a descarbonização de toda a indústria portuguesa**.

Vários dos investimentos previstos para a digitalização do Estado podem ser ineficazes dada a prevalência de outros problemas estruturais, incluindo a elevada iliteracia digital. No caso das Finanças, o **sistema fiscal necessita de uma modernização ao nível da onerosidade, complexidade e, sobretudo, da sua imprevisibilidade**. Alterações fiscais recorrentes aumentam os níveis de incerteza dos investidores. Aliás, segundo o EIBIS 2020⁵ do BEI, alguns dos maiores entraves ao investimento em Portugal são a legislação no âmbito de negócios e do mercado laboral, e a instabilidade regulatória. No caso da Justiça, a modernização tecnológica é imprescindível para o sistema judicial, porém é também necessário **diminuir a burocracia e complexidade processual e alcançar maior agilidade nas decisões**, para o que será necessário investir em recursos humanos, sobretudo na sua requalificação, preparando-os para uma nova justiça: mais moderna, mais próxima dos cidadãos e das empresas e adequada a um contexto mais digital. Uma justiça célere e moderna gera maior confiança e poderá atrair mais investimento estrangeiro, porque reforça a segurança jurídica, alicerçando internamente o desenvolvimento social e económico do país.

Tal como referido na “*Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-30*”, é importante descentralizar a economia e corrigir as assimetrias no desenvolvimento nacional, construindo e alavancado num reforço do *hinterland* ibérico das regiões fronteiriças. Neste sentido, impulsionado pela transição digital, **a deslocalização dos serviços centrais do Estado para o Interior poderia ser um importante contributo para a coesão territorial**. Teria

⁵ [EIB Investment Survey – 2020 Portugal](#)

um efeito de arrastamento e incentivaria mais empresas e capital humano qualificado a deslocar-se para regiões do Interior.

Em conclusão, acreditamos que os investimentos neste âmbito devem-se materializar numa **mudança real do funcionamento dos serviços do Estado** e no modo como suporta a economia, com resultados mensuráveis e quantificáveis. **O PRR tem de inovar e não aplicar as mesmas receitas do passado que são comprovadamente ineficazes**, e, ao invés, promover reformas que garantam ganhos de eficiência e produtividade e que apoiem de um modo eficaz a economia.

Infraestruturas e Mobilidade (2.165M€, ou 13% do PRR)

O PRR coloca uma grande ênfase na mobilidade sustentável coletiva, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Não obstante ser um importante desígnio, inclusivamente para a descarbonização e diminuição da emissão de gases de efeito estufa, o Plano não identifica quais serão os resultados previsíveis deste investimento no crescimento económico. **É crítico apresentar um modelo económico subjacente a esta escolha, que permita estimar o seu potencial impacto na economia no longo prazo.** Sugerimos que o **investimento nas infraestruturas e mobilidade também seja direcionado para incrementar a capacidade de exportação do país**, através de investimentos com maior impacto na circulação e exportação de mercadorias, como por exemplo na eficiência dos portos de mar portugueses.

Verificamos também que o desenvolvimento da rede 5G não foi abrangido no PRR. No entanto, **o 5G é sem dúvida uma infraestrutura mais crítica para impulsionar a indústria 4.0 a nível europeu e, como tal, de extrema importância para a recuperação e modernização do país.** A título de exemplo, Espanha, alocou cerca de 4.000M€ do seu PRR ao desenvolvimento de infraestruturas de telecomunicações, nomeadamente ao *roll-out* do 5G.

Tal afigura-se ainda mais importante quando tem vindo a ser aceite que as condições do leilão 5G podem constituir um entrave à inovação, podendo atrasar permanentemente Portugal na disseminação e usufruto desta tecnologia crítica.

Investimentos no espaço rural (1.106M€, ou 6,6% do PRR)

Portugal tem sofrido graves consequências, fruto das alterações climáticas e do aumento da temperatura média. Como tal, manifestamos a nossa preocupação com a insuficiência de planeamento e visão de longo prazo para os investimentos, particularmente no setor agrícola e florestal. Ambos os setores **são cruciais para as exportações, para a coesão territorial e desenvolvimento económico do interior nacional, acresce o seu importante papel de sumidouro de carbono.** Neste contexto, é premente que o PRR canalize os fundos para **uma verdadeira mudança na gestão destes espaços, através da sua promoção e desenvolvimento, e não apenas na tentativa de resolução dos problemas mais imediatos, nomeadamente no que ao combate aos incêndios florestais diz respeito.**

O tecido agrícola português é fragmentado e tem pouca escala, sendo necessário endereçar a causa raiz através da promoção da organização de agricultores e produtores **permitindo-lhes ganhar escala, capacidade de inovação, poder negocial e uma capacidade renovada de competir internacionalmente.**

No contexto das florestas, o PRR devia ter contemplado um **plano nacional de reflorestação de áreas recorrentemente fustigadas pelos incêndios**, tendo em vista a sua reposição com floresta de produção em complemento com outras espécies autóctones.

Reconhecendo a importância da floresta para a transição climática, promovendo uma gestão ordenada e economicamente sustentável, considera-se de particular importância **incentivar a criação de fundos florestais com duração até 30 anos**, atraindo capital nacional e internacional. Adicionalmente também devem ser criados objetivos e incentivos para plantação ordenada e adensamento da floresta existente para reforço do sumidouro de carbono.

Descarbonização privada (1.456M€, ou 8,7% do PRR)

Cumprir as ambiciosas metas ambientais e de sustentabilidade da UE significa um investimento avultado em fontes de energia renovável, em tecnologias de ponta e em soluções inovadoras. O PRR reconhece a urgência da Transição Climática e de garantir a transição energética dos processos produtivos, mas **não apresenta ações concretas que permitam às empresas acelerar esta mudança de paradigma e suportar os elevados custos de operação associados**, nem assume objetivos concretos e diferenciadores de Portugal no espaço europeu.

Identificámos também que o esforço do PRR tendente à descarbonização industrial é **maioritariamente destinado às PMEs, não sendo estas que enfrentam os maiores desafios de descarbonização industrial**. Além disso, salientamos que a maioria dos investimentos a nível da eficiência energética estão centrados nos edifícios da Administração Pública e no setor habitacional, sendo que somente 70M€ dos 620M€ estão disponíveis para a renovação de edifícios de serviços, que é o principal setor da economia e responsável por 75% do VAB nacional.

É da maior relevância **assegurar que as empresas tenham acesso a energia limpa e renovável a preços competitivos**, pelo que **os 715M€ destinados à descarbonização da indústria no PRR parecem ser insuficientes** para acelerar a adoção célere de novas tecnologias por parte do setor industrial e empresarial, mais ainda quando não contempla as grandes empresas.

Finalmente, num mercado mais exigente e competitivo, a pegada carbónica dos produtos é cada vez mais um fator considerado pelos consumidores e investidores. Deste modo, parece-nos que haveria de **incluir os transportes de mercadorias limpas, em particular o rodoviário, neste PRR**. Portugal tem de assegurar uma reforma profunda neste sentido, sob pena dos produtos nacionais perderem, em muito pouco tempo, competitividade no mercado europeu.

Empresas (3.346M€, ou 20,1% do PRR)

As empresas estão no centro do círculo virtuoso da criação de riqueza. No entanto, verificamos que a quase totalidade dos fundos de acesso direto destinados às empresas são exclusivos para as PMEs que, não obstante comporem a maioria do tecido empresarial, não têm a escala necessária para, por si só, fomentar um crescimento económico como o que se ambiciona. É importante ter também em mente que, mesmo as empresas de maior dimensão a nível nacional, quando vistas à escala global, são efetivamente de reduzida dimensão, dificultando a competitividade do país a nível internacional.

As empresas de maior dimensão a nível nacional, **são responsáveis por grande parte da criação de postos de trabalho, geram riqueza em si e nas economias em que estão inseridas pelo seu efeito multiplicador e, são uma importante fonte de receita fiscal**⁶. Estas empresas têm, pela sua relevância, um efeito catalisador e podem contribuir significativamente para o crescimento económico sustentável do país, para a dinamização empresarial no longo prazo e para a competitividade nacional. **Como referido, existem certos requisitos de escala mínimos para o país conseguir competir a nível global e só com empresas de maior dimensão é que é possível atingir essa massa crítica necessária.** Por isso mesmo defendemos iniciativas que fomentem o crescimento de todas as empresas, independentemente da sua dimensão, pois não só reforça a capacidade competitiva do país a nível internacional, como gera oportunidades para todos, incluindo para as PME's nacionais, criando um verdadeiro ecossistema de crescimento sustentado e profícuo para todos. Aconselhamos, portanto, à introdução de iniciativas direcionadas às empresas e que incentivem a colaboração e **criação de escala**, fomentando também movimentos de fusões e aquisições, para que Portugal consiga prosperar internacionalmente. Em nossa opinião, o Banco de Fomento poderia ter aqui um importante papel dinamizador.

No âmbito da Transição Digital, é com entusiasmo que verificamos que existe um destaque para a **inovação, digitalização e cibersegurança**.

No modelo não tradicional, em contexto de inovação, destacamos as **startups**. Estas são um importante indicador do nível de inovação empresarial e do ambiente de negócios. Tal afigura-se ainda mais crítico num momento de aceleração digital sem precedentes, perante o imperativo, advogado no PRR, da reindustrialização em áreas tecnológicas e de elevado valor acrescentado, nas quais as **startups** são uma componente fundamental. **Em Portugal, as startups têm o estatuto jurídico de uma PME. Esta situação cria um desajustamento que não promove o empreendedorismo, por ter critérios e características de operação diferenciadoras.** Adicionalmente, existe um regime fiscal penalizador, que não tem em conta o elevado risco de investimento associado a estas empresas. Por outras palavras, **urge criar um adequado enquadramento institucional para estas empresas**, bem como mecanismos de capitalização inovadores, dinamizados pelo Banco de Fomento

Acreditamos que a inovação é um fator *sine qua non* para a resiliência e competitividade económica. No entanto, considerando o desafio da dupla transição, o PRR deveria dedicar um esforço mais significativo ao I+D+i. Só através de uma **maior articulação entre o setor público e privado**, fortalecendo também a relação entre o mundo académico, científico e empresarial, será possível transformar o atual cenário de inovação e **catapultar a evolução tecnológica assente em soluções inovadoras, como o 5G, machine learning ou a Inteligência Artificial.**

A cibersegurança é uma peça essencial da transformação digital das empresas e, compreensivelmente, é uma área de aposta do PRR. Porém, a **ênfase na cibersegurança parece materializar-se num investimento com valor residual** dedicado praticamente em exclusivo à Administração Pública. Do nosso ponto de vista, a cibersegurança mereceria uma priorização mais alta no contexto da Transição Digital do tecido empresarial e o PRR poderia disponibilizar fundos para impulsionar soluções de cibersegurança nas empresas.

⁶ 3% das empresas são responsáveis por 70% da coleta de IRC (INE)

Gostaríamos ainda de destacar que muitas empresas têm contribuído ativamente para a sustentabilidade do tecido industrial e empresarial português. Por isso, entendemos que, na análise de projetos devem ser considerados critérios *ESG* (ambiental, social e de governança) de modo a majorar o apoio financeiro aos mesmos, incentivando a adoção de práticas mais sustentáveis.

Em conclusão, a fórmula do PRR corresponde a um modelo de aplicação de fundos externos similar ao verificado nas últimas quatro décadas. Um modelo que nos deixou como um dos países mais pobres da União Europeia. No início de 2020 a Comissão Europeia traçou as linhas gerais de uma nova economia num futuro de curto prazo. Dificilmente Portugal terá mais oportunidades para reverter o ciclo e participar na liderança deste processo de transformação. Este é o momento de procurarmos, em conjunto, novas soluções, pelo que nos mostramos totalmente disponíveis para colaborar com o Governo e o país nesse desígnio.

Signatários

António Rios de Amorim; Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

António Mota; MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Cláudia Azevedo; Sonae SGPS, S.A.

Fernando Guedes; Sogrape Vinhos, S.A.

Filipe de Botton; Logoplaste Portugal, Lda.

Guy Villax; Hovione FarmaCiencia S.A.

João Castello Branco; Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

João Ortigão Costa; SUGAL – ALIMENTOS, S.A.

João Bento; CTT – Correios de Portugal, S.A.

João Pedro Oliveira e Costa; Banco BPI, S.A.

Jorge Magalhães Correia; Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.

Jorge de Mello; Sovena Group – SGPS, S.A.

José Theotónio; Grupo Pestana SGPS, S.A.

Luís Portela; BIAL-PORTELA & C.ª, S.A.

Manuel Violas; Solverde, Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde S.A.

Manuel Gonçalves; TMG - Grupo Manuel Gonçalves, S.A.

Miguel Mata; Sonae Capital, SGPS, S.A.

Nuno Amado; Banco Comercial Português, S.A.

Paulo Fernandes; Altri, SGPS, S.A.

Paulo Rosado; Outsystems - Software Em Rede, S.A.

Pedro Castro e Almeida; Banco Santander Totta, S.A.

Rodrigo Costa; Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Rui Correia; Sonae Arauco Portugal, S.A.

Sandra Santos; BA Glass Portugal, S.A.

Vasco de Mello; José de Mello Capital, S.A.

Anexo

Matriz de alocação de fundos por áreas de investimento

Área de investimento	Componente	Abs	% Total	% Area
Total		16 643	100,0%	
Respostas Sociais	A	4 998	30,0%	100,0%
	1 Saúde	1383	8,3%	27,7%
	2 Habitação	2 782	16,7%	55,7%
	3 Respostas Sociais	583	3,5%	11,7%
	4 Pobreza nas AM's	250	1,5%	5,0%
Qualificação e Emprego	B	1 918	11,5%	100,0%
	1 Equipamento	1269	7,6%	66,2%
	2 Formação	419	2,5%	21,8%
	3 Apoios ao Emprego	230	1,4%	12,0%
Serviços centrais do Estado	C	1 654	9,9%	100,0%
	1 Sistemas	1206	7,2%	72,9%
	2 Capacitação	98	0,6%	5,9%
	3 Edifícios (descarb)	250	1,5%	15,1%
	4 Outros Estado (pr. públicos de catalização digital)	100	0,6%	6,0%
Infraestruturas e Mobilidade	D	2 165	13,0%	100,0%
	1 Transportes urbanos	1032	6,2%	47,7%
	2 Material circulante ferroviário	300	1,8%	13,9%
	3 Rodovia / Ferrovia	533	3,2%	24,6%
	4 Áreas de Acolhimento de Empresas (AAE's)	300	1,8%	13,9%
Investimentos no Espaço Rural	E	1 106	6,6%	100,0%
	1 Floresta / incêndios	569	3,4%	51,4%
	2 Floresta cadastro	96	0,6%	8,7%
	3 Recursos Hídricos (Algarve, A Alentejo, Madeira)	441	2,6%	39,9%
Descarbonização privada	F	1 456	8,7%	100,0%
	1 Descarb. indústria	715	4,3%	49,1%
	2 Descarb edifícios (não Estado)	370	2,2%	25,4%
	3 Energias renováveis	371	2,2%	25,5%
Empresas	G	3 346	20,1%	100,0%
	1 Apoios I+D público / privado	1389	8,3%	41,5%
	2 Digitalização de PME's (IAPMEI)	550	3,3%	16,4%
	3 Recapitalização de PME's (via BdF)	1250	7,5%	37,4%
	4 Empresas Açores	157	0,9%	4,7%
Total Açores	H	455	2,7%	
Total Madeira	I	238	1,4%	